Cadernos de Negociação

Número 15 - Fevereiro/Março de 2019

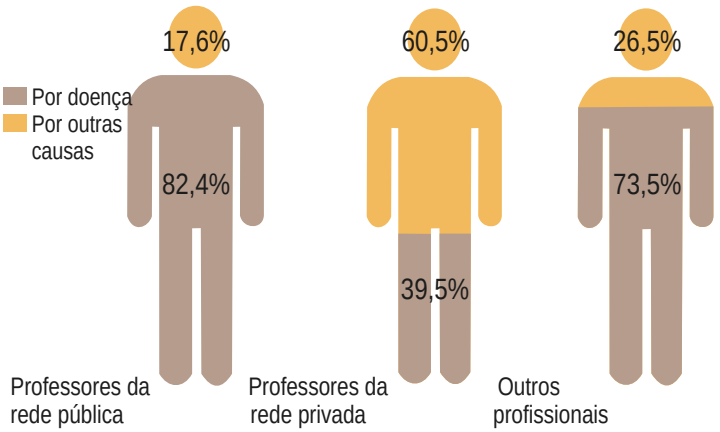
Mercado de Trabalho

A cada 2 minutos um professor(a) é afastado por acidente de trabalho ou doença

Em 2017, mais de 285 mil vínculos de professores registraram pelo menos um afastamento devido a acidentes de trabalho ou doença, segundo dados do extinto Ministério do Trabalho. Os números equivalem a um afastamento a cada 2 minutos.

Desse total, 15 mil afastamentos ocorreram devido a doenças ou acidentes ligados ao trabalho. O número, porém, não considera uma série de enfermidades adquiridas indiretamente devido ao ofício desempenhado nas escolas, como as doenças mentais. Só no estado de São Paulo, 38% das perícias médicas de professores ocorreram devido a transtornos mentais e comportamentais, percentual bem superior ao das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (18%) e das doenças do aparelho respiratório (7%). Estima-se que, no caso dos professores da rede pública, 82% dos afastamentos ocorreram em decorrência de doenças.

Quantos dos afastamentos são relacionados a doenças?



Fonte: Ministério do Trabalho. Rais 2017
Obs.: Estimativas

No Brasil, no mesmo ano, foram registrados 50 falecimentos por acidente de trabalho e 291 aposentadorias por invalidez permanente relacionadas ao trabalho docente.

Piso dos professores será R$ 2.557,73 em 2019

Segundo estimativas, em 2019, o piso salarial dos professores(as) da educação básica será reajustado em 4,17%. O menor salário da categoria, que será pago aos professores com formação de nível médio e carga horária de 40 horas semanais, deve ficar em R$ 2.557,73.

O piso nacional dos professores foi instituído pela Lei nº 11.738/2008. Desde 2009, é reajustado anualmente, em janeiro. O cálculo do valor mínimo é feito a partir da quantidade de matrículas divulgada pelo Censo Escolar da Educação Básica e de estimativas de receita do Tesouro Nacional.

Evolução do Piso Nacional dos Professores 2009-2019



Resultados do segundo semestre de 2018 são afetados por inflação mais alta

Os resultados das negociações coletivas do segundo semestre de 2018 foram menos favoráveis aos trabalhadores do que os dos primeiros seis meses do ano.

Um dos fatores responsáveis foi a elevação da inflação, ocorrida em junho, que praticamente dobrou o valor do reajuste necessário nas datas-bases do período.

Como foram as negociações nos semestres
Brasil, 2018

Data-base	Acima	Igual	Abaixo	Var. real Média	Total (nº reaj.)
1º semestre	80,6	13,4	6,0	0,96	12.181
2° semestre	57,2	21,5	21,3	0,36	3.291
Total	75,7	15,1	9,2	0,86	15.472

Fonte: MTb. Mediador. Elaboração: DIEESE
Obs.: Os dados foram analisados em comparação com o INPC-IBGE

Chamam atenção as negociações dos metalúrgicos, vigilantes, trabalhadores no transporte, em serviços de saúde, no turismo e hospitalidade e na construção civil, pois elas ultrapassaram a marca de 80% de reajustes acima da inflação. O dado é ainda mais relevante se considerado o fato de que mais da metade dos reajustes dos metalúrgicos refere-se a negociações do segundo semestre.

Quanto às negociações de janeiro de 2019, o percentual de reajustes acima do INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi de 84,5%. Na comparação com janeiro do ano anterior, percebe-se melhora.

As negociações em janeiro de 2018 e janeiro de 2019
Brasil

Data-base	Acima	Igual	Abaixo	Var. real Média	Total (nº reaj.)
Janeiro 2018	67,7	16,6	15,7	0,74	2.597
Janeiro 2019	84,5	5,8	9,7	0,67	103

Fonte: MTb. Mediador. Elaboração: DIEESE
Obs.: Os dados foram analisados em comparação com o INPC-IBGE

Os resultados aqui apresentados podem se alterar à medida que o levantamento captar novos reajustes.

Como ficaram as negociações por categoria
Brasil, 2018

ALIMENTAÇÃO


Acima	73,1%
Igual	18,9%
Abaixo	8,0%
Variação média real	0,74%
Total (nº reajustes)	1.367

COMERCIÁRIOS


Acima	76,1%
Igual	15,7%
Abaixo	8,2%
Variação média real	0,68%
Total (nº reajustes)	1.091

CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO


Acima	80,8%
Igual	11,7%
Abaixo	7,5%
Variação média real	0,92%
Total (nº reajustes)	1.621

METALÚRGICOS


Acima	83,7%
Igual	11,4%
Abaixo	4,9%
Variação média real	1,20%
Total (nº reajustes)	804

PAPELEIROS


Acima	64,2%
Igual	24,7%
Abaixo	11,1%
Variação média real	0,44%
Total (nº reajustes)	81

PROFESSORES E AUX. ADM. ESCOLAR


Acima	72,7%
Igual	23,3%
Abaixo	4,0%
Variação média real	0,73%
Total (nº reajustes)	278

QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS


Acima	58,1%
Igual	35,1%
Abaixo	6,8%
Variação média real	0,65%
Total (nº reajustes)	465

SERVIÇOS DE SAÚDE


Acima	82,7%
Igual	8,5%
Abaixo	8,8%
Variação média real	0,92%
Total (nº reajustes)	786

TRANSPORTES


Acima	83,1%
Igual	11,0%
Abaixo	5,9%
Variação média real	0,84%
Total (nº reajustes)	2.621

URBANITÁRIOS


Acima	64,0%
Igual	27,0%
Abaixo	9,0%
Variação média real	0,80%
Total (nº reajustes)	178

VIGILANTES


Acima	83,8%
Igual	11,2%
Abaixo	5,0%
Variação média real	0,79%
Total (nº reajustes)	160

TURISMO E HOSPITALIDADE


Acima	82,5%
Igual	7,0%
Abaixo	10,5%
Variação média real	0,94%
Total (nº reajustes)	1.491

Greves

Profissionais da educação lideram as greves dos servidores públicos estaduais

Em 2018, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), os servidores públicos dos estados realizaram 166 greves. Cerca de um terço (34%) dessas mobilizações foi liderada pelos profissionais da educação: professores e auxiliares técnico-administrativos. Na saúde e na segurança pública, os percentuais são parecidos 17% e 16%, respectivamente.

Outras pastas do Executivo foram responsáveis por 22% das greves.

Também foram registradas 10 greves deflagradas por servidores dos judiciários estaduais.

Quase metade das greves (48%) fez menção, nas reivindicações, a reajuste de salários e pisos salariais.

As condições de trabalho e do local onde as tarefas são realizadas (sanitários, locais para refeição e repouso), assim como o fornecimento de ferramentas e insumos para o desempenho das atividades, estavam na pauta de quase um terço das paralisações (30%).

Ainda entre as principais reivindicações estão o pagamento dos salários em atraso (inclusive 13º), que totaliza um quarto das greves; a realização de concursos públicos e a nomeação dos aprovados (23%); a implantação, o cumprimento ou a modificação nos planos de cargos e salários (22%); além de mais investimento de recursos nos serviços públicos (22%).

Greves entre os trabalhadores dos serviços públicos estaduais - Brasil, 2018

	Nº	%
Poder Executivo	156	94,4
Educação	57	34,3
Saúde	29	17,5
Segurança	26	15,7
Fundações e institutos	8	4,8
Outras pastas ou greves gerais	36	21,7
Poder Judiciário	10	6,0
Total	166	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Principais reivindicações das greves dos trabalhadores dos serviços públicos estaduais

Reivindicações	Nº	%
Reajuste e piso	80	48,2
Condições de trabalho e segurança, ferramentas	50	30,1
Atraso de salário / 13º	42	25,3
Contratação / efetivação	38	22,9
PCS / promoção	37	22,3
Melhoria nos serviços públicos	36	21,7

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Indicadores Fiscais

Limite fiscal dos Estados

Em 2018, o percentual de gasto com pessoal ficou acima do limite prudencial em nove estados, dos 25 resultados divulgados até o momento pelo Tesouro Nacional. Mato Grosso, Paraíba, Tocantins, Minas Gerais e Roraima ultrapassam o patamar máximo. Em 2017, cinco estados estavam acima do limite, considerando todos os 27.

Entre 2017 e 2018, a receita corrente líquida aumentou em todas as unidades da Federação (dos 25 resultados), exceto em Tocantins, onde houve queda de -0,11%. A despesa total com pessoal recuou no AC, RJ e DF Em todos os outros estados, foi registrado crescimento nominal desta despesa, com destaque para: MT, MG, MA e RR. O limite prudencial para os estados é de 46,55% e o patamar máximo chega a 49,00%.

Limite fiscal do Executivo 3º quadrimestre de 2018

Abaixo do limite prudencial	RJ	AP	ES	RO	SP	CE	DF	GO	PR	BA	MA
	37,36	41,14	41,70	41,92	42,02	42,30	43,46	43,94	44,56	46,13	46,50
Acima do limite prudencial	RS	PA	SE	PE	AC	AM	PI	AL	SC		
	46,59	47,16	47,52	47,94	48,01	48,33	48,52	48,67	48,76		
Acima do limite máximo	PB	RR	TO	MT	MG						
	50,61	52,02	56,67	57,94	66,65						

Fonte: Tesouro.
Elaboração: DIEESE

Preços

ICV por estrato de renda	Janeiro 2019 (%)	12 meses
Taxa geral	0,43	3,35
ICV estrato 1	0,58	3,86
ICV estrato 2	0,54	3,52
ICV estrato 3	0,35	3,13

Fonte: DIEESE

Cesta Básical Nacional de Alimentos		Janeiro de 2019
Maior valor no mês	São Paulo	R$ 467,65
Menor valor no mês	Recife	R$ 348,55
Maior alta	Vitória	5,00%
Maior queda	Porto Alegre	-4,96%

Fonte: DIEESE

ICV - Índice Geral	Jan/2019	12 meses (%)
Alimentação	0,78	4,29
Alimentação fora do domicílio	0,38	4,73

Índices de inflação	Mensal jan/2019	12 meses fev/2018 a jan/2019	Projeção de inflação mar/2018 fev/2019	abr/2018 mar/2019	mai/2018 abr/2019
ICV geral	0,43%	3,35%	3,67%	3,99%	4,32%
INPC	0,36%	3,57%	3,76%	4,03%	4,19%
IPCA	0,32%	3,78%	3,83%	4,09%	4,24%

Fonte: DIEESE; IBGE.
Obs.: Projeção da inflação elaborada em 08/02/2019: para o ICV e INPC: 0,37% em fevereiro, 0,33% em março e 0,36% em abril de 2019. Para o IPCA, 0,37% em fevereiro, 0,34% em março e 0,34% em abril de 2019

Trabalhador que ganha salário mínimo precisou, em janeiro, trabalhar em média 88 horas e 05 minutos para comprar os produtos da cesta, gastando 43,52% do salário mínimo líquido.

Em janeiro, o salário mínimo necessário foi calculado em R$ 3.928,73, ou 3,94 vezes o mínimo vigente, de R$ 998,00.

Entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, o custo da cesta básica aumentou em nove cidades e diminuiu em outras nove. Os produtos com alta de preço na maior parte das cidades foram: feijão (baixa oferta devido ao clima e redução da área plantada), banana (clima e entressafra da banana prata), manteiga (disputa de leite in natura) e batata (clima). O valor médio do tomate diminuiu em 15 cidades devido ao calor, que amadurece o fruto antes do tempo.

Inflação da educação - Em 2019, segundo dados do ICV-DIEESE para o município de São Paulo, os cursos formais foram reajustados em 3,60%. Para o ensino infantil, a variação foi de 5,38%; para o 1º ano do ensino fundamental, de 5,93%; do 2º ao 5º ano do ensino fundamental, de 5,06%; e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, 4,58%; para o ensino médio, de 4,62%; e, para o ensino superior, de 1,27%. O reajuste para os cursos pré-vestibulares ficou, em média, em 4,68%.

Direitos

A reforma trabalhista e os termos de quitação anual de obrigações

A reforma trabalhista adicionou à Consolidação das Leis do Trabalho o artigo 507-B, que permite que seja firmado termo de quitação anual de encargos trabalhistas no qual conste as obrigações pagas pelo empregador - condicionado à autorização prévia do empregado.

A seguir, cláusulas que asseguram garantias aos trabalhadores que optem por firmar o termo de quitação.

Exemplo de cláusula
Termo de quitação

O termo de quitação anual previsto no Art. 507-B da Lei 13.467/2017, só será possível quando a rescisão de contrato de trabalho for realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
Parágrafo único - Quando o termo de quitação for encaminhado ao Sindicato na vigência do contrato de trabalho este só será reconhecido caso o termo de rescisão de contrato de trabalho seja homologado no Sindicato.

Exemplo de cláusula
Certidão de quitação anual

[...]
Parágrafo Primeiro - Para emitir a quitação anual, o sindicato laboral deverá fazer verificação criteriosa do contrato individual de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento, no período que alcança a quitação, da legislação aplicada ao contrato de trabalho, inclusive a previdenciária.
Parágrafo Segundo - O empregador deverá fornecer, em prazo razoável, todos os documentos e informações requeridas pelo sindicato laboral que possam subsidiar a análise para efeito de quitação.
Parágrafo Terceiro - Para conclusão da análise da documentação para fins de quitação anual, será necessário o comparecimento pessoal do empregado, no contrato vigente, após o envio prévio da documentação pelo empregador, em data a ser agendada pelo sindicato laboral, com a liberação do empregado, sem prejuízo do salário e demais vantagens, para o comparecimento ao sindicato laboral.
[...]